



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 - CENTRO - CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
16 - 3173 - 8200 E - MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br



Do: Departamento de Finanças
Para: Gabinete do Prefeito

Informo que há no orçamento vigente dotação orçamentária que dotação orçamentária que atenda às necessidades de contratação de pessoa física para atuar como interventor junto a **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IGARAPAVA**, cujo valor total previsto, para período de 180 (cento e oitenta) dias é de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), sendo esta a que segue abaixo:

02 - Executivo

02.04 - Departamento de Saúde

02.04.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0150.2025.0000

3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física

Aproveitamos o ensejo para informar que tendo em vista que o prazo de contratação estimado é para o período de 180 (cento e oitenta) dias e perfará nesse período o montante sobredito, serão incluídas no orçamento previsto para o ano de 2021 referidas despesas, sendo, no caso de prorrogação da contratação pretendida, será informada a dotação referente aos períodos dos exercícios vindouros em oportunidade própria, se necessário.

Igarapava - SP, 11 de janeiro de 2021.

Adélia de Paula

Diretora do Departamento de Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTO
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



PARECER JURÍDICO

PROCESSO: Processo Administrativo 001 / 2021

OBJETO: Contratação de interventor para cumprimento de decreto, mediante a possível prorrogação do Decreto Municipal nº 2.289 / 2020 por igual período.

Trata – se o presente de pedido de emissão de parecer jurídico referente ao processo administrativo e objeto em epígrafe.

01 – DA SOLICITAÇÃO

O Chefe do Poder Executivo Municipal tendo em vista que a vigência do contrato do interventor da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava se expira em 12 de janeiro de 2021 conforme Contrato nº 085 de 14 de julho de 2.020, bem como, o pedido do Interventor nomeado pelos Decretos nº 2.157/2019, 2.206/2020 e 2.289/2020, apresentado ao Departamento Municipal de Saúde que por sua vez encaminhou ao Poder Executivo Municipal, em data de 08/01/2021 por meio do protocolo nº 123 / 2021, com relatórios, resultados e diagnósticos da sua gestão, solicitando, ao final, a contratação do atual interventor, requerendo a este Departamento de Negócios Jurídicos a emissão de parecer quanto à regularidade do feito.

Encaminha o pedido de parecer jurídico em procedimento de dispensa de licitação cumprindo a função de análise à legalidade do procedimento, bem como, os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública como o sistema jurídico vigente. Desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

É de suma importância ressaltar que, na Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública, senão vejamos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENT0
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



“ ...

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

...”

A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, a chamada “Lei das Licitações”, foi publicada com o objetivo de regulamentar o citado dispositivo constitucional, e criar padrões e procedimentos para reger a contratação pela Administração.

A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado. Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução da finalidade pública. Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo.

Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, “a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade”¹.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

¹ MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2005. P. 341



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENT0
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.iga1@gmail.com



Assevera o inc. IV do art. 24 da Lei Federal 8.666/93:

“ ...

Art. 24. É dispensável a licitação:

“ ...

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

“ ...”

Considera – se como situação emergencial, asseguradora da regular dispensa de licitação, aquela que precisa ser atendida com urgência, objetivando a não ocorrência de prejuízos, não sendo comprovada a desídia do Administrador ou falta de planejamento. Já por calamidade pública, entendam-se aquelas desgraças que atingem, de repente, grande número de cidadãos, como, por exemplo, podemos citar a seca, as inundações, enxurradas, desabamentos, peste, guerra, incêndio, terremoto, vendaval.

O inclito Jessé Torres Pereira Júnior, ao comentar o referido dispositivo, cujo entendimento é compartilhado pela doutrina dominante, afirma que: “Já na vigência da Lei nº 8.666/93, o Tribunal de Contas da União definiu que: ‘além da adoção das formalidades previstas no art. 26 e seu parágrafo único da nº Lei nº 8.666/93, são pressupostos da aplicação do caso de dispensa preconizados no art. 24, inciso IV, da mesma lei:

a) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



b) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas;

c) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;

d) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado".

Consoante o Professor Marçal Justen Filho, para a caracterização dessa hipótese de dispensa de licitação é necessário o preenchimento de dois requisitos, quais sejam, a demonstração concreta e efetiva da potencialidade do dano e a demonstração de que a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.

O Tribunal de Contas da União tem mantido o posicionamento de que é cabível a dispensa de licitação:

"...

Dispensa – emergência

TCU decidiu: "...a urgência de atendimento para a dispensa de licitação é aquela qualificada pelo risco da ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos ou outros bens públicos e particulares, caso as medidas requeridas não sejam adotadas de pronto."(Fonte: TCU. Processo nº 009.248/94-3. Decisão nº347/1994 – Plenário e TCU - Processo nº 500.296/96-0. Decisão nº 820/1996- Plenário)"

...

"Emergência – calamidade pública

Nota: o TCU decidiu em resposta a consulta, que é dispensável a licitação no caso de calamidade pública desde que observados os artigos 24, IV, e 26 da Lei nº8.666/93, bem como os pressupostos estabelecidos em caráter normativo na Decisão nº 347/94 e ainda, a observância do Decreto federal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



nº895/93, justificativa da escolha do fornecedor(capacidade técnica). Fonte: TCU. Processo nº929.114/98-1. Decisão nº 627/1999 – Plenário."

..."

Tendo em vista a urgência e ante a peculiaridade do caso amplamente exposto alhures, foi requerida a emissão de parecer informando quanto à regularidade da contratação de interventor na instituição de saúde em epígrafe através de dispensa de licitação com fulcro no inc. IV do art. 24 da Lei Federal 8.666/1993 ou, caso não seja possível, qual a modalidade adequada.

A licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles, "é aquela que a própria lei declarou-a como tal". José Santos Carvalho Filho acrescenta que está se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório.

Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar os princípios da economicidade e celeridade processual.

A Lei nº 8.666/93, ao instituir as normas para licitações e contratos da Administração Pública, autorizou a dispensa de licitação em várias hipóteses, ainda que possível a competição. São circunstâncias peculiares que aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

Desta forma, o gestor deve demonstrar o cumprimento dos princípios atinentes à licitação, principalmente os da impessoalidade, moralidade, probidade e julgamento objetivo, além das exigências gerais previstas na Lei nº 8.666/93, tais como a comprovação da regularidade da empresa a ser contratada, demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado e a motivação da decisão da Administração Pública.

Assim, o Estatuto de Licitações permite, como ressalva à obrigação a licitar, a contratação direta, através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

No caso em testilha, cumpre verificar que:

CONSIDERANDO que em 23 de julho de 2019 foi editado o Decreto Municipal nº. 2157, o qual **"DISPÕE SOBRE A INTERVENÇÃO NA MODALIDADE DE**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



REQUISIÇÃO, NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IGARAPAVA MANTIDA PELA SUA IRMANDADE, VISANDO A MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR NO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;

CONSIDERANDO que em 16 de janeiro de 2020 foi editado o Decreto Municipal nº. 2.206, o qual “**DISPÕE ACERCA DA PRORROGAÇÃO DA INTERVENÇÃO, NA MODALIDADE DE REQUISIÇÃO, NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IGARAPAVA, VISANDO A MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR NO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;**

CONSIDERANDO que em 14 de julho de 2020 foi editado o Decreto Municipal nº. 2.289, o qual “**DISPÕE ACERCA DA PRORROGAÇÃO DA INTERVENÇÃO, NA MODALIDADE DE REQUISIÇÃO, NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IGARAPAVA, VISANDO A MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR NO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;**

CONSIDERANDO que o art. 1º, § 1º, do Decreto Municipal nº 2.157/2019 estabelece que “O prazo da intervenção, na modalidade Requisição, será de 180 (cento e oitenta) dias, que poderá ser prorrogado, por quantas vezes e pelo prazo necessário à plena adequação da Santa Casa de Igarapava, às possibilidades de eficaz atendimento à população, bem como às normas e princípios aplicáveis à espécie, nos níveis federal, estadual e municipal, relativos à saúde”, o que ainda não foi atingido, mas com a boa gestão esta caminhando para ser alcançado;

CONSIDERANDO que o art. 1º do Decreto Municipal nº 2.206/2020 estabelece que “Fica prorrogado, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 19 de janeiro de 2020, podendo, no entanto, cessar antes de seu termo, ou ainda ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a Requisição de Bens e Serviços, com Intervenção do Poder Executivo na gestão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, com base nos artigos 5º, inciso XXV, da CF/88, 1.228, § 3º, do Código Civil, e 15, inciso XIII, da Lei n. 8.080/90 e nos mesmos moldes daquela efetivada através do Decreto Municipal nº 2.157/2019”;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



CONSIDERANDO que o art. 1º do Decreto Municipal nº 2.289/2020 estabelece que "Fica prorrogado, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 17 de julho de 2020, podendo, no entanto, cessar antes de seu termo, ou ainda ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a Requisição de Bens e Serviços, com Intervenção do Poder Executivo na gestão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, com base nos artigos 5º, inciso XXV, da CF/88, 1.228, § 3º, do Código Civil, e 15, inciso XIII, da Lei n. 8.080/90 e nos mesmos moldes daquela efetivada através dos Decretos Municipais nº 2.157/2019 e nº 2.206/2020";

CONSIDERANDO que o Interventor nomeado pelos Decretos nº 2.157/2019, 2.206/2020 e 2.289/2020, apresentou ao Departamento Municipal de Saúde que por sua vez encaminhou ao Poder Executivo Municipal, em data de 08/01/2021 por meio do protocolo nº 123/2021, relatórios, resultados e diagnósticos da sua gestão, solicitando, ao final, a prorrogação da sobredita intervenção para encerrar devidamente seus trabalhos;

CONSIDERANDO a má gestão financeira que assolou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava nos últimos anos, a qual acarretou a deterioração de suas instalações e equipamentos, o que demonstra falhas no gerenciamento do hospital pela entidade, e consequente queda na qualidade do atendimento, o que pode ter ensejado fatos como os 4 (quatro) óbitos fetais/maternos-infantis evitáveis, fato esse que foi um dos motivos ensejadores da decretação da intervenção nº 2.157 de 23 de julho de 2019, inclusive, por meio da intervenção, foi tomada ciência de um 5º (quinto) óbito fetal;

CONSIDERANDO que acima dos interesses de pessoas e grupos particulares se encontram os direitos inalienáveis à saúde das pessoas e a supremacia do interesse da população, a garantia de preservação desses direitos, sob perigo iminente, nos termos do artigo 5º, XXV da Constituição Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que o Administrador Público tem, sobretudo, o dever de zelar pelo atendimento da saúde da população, que nesta municipalidade trata-se do bom funcionamento da Santa Casa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.iga1@gmail.com



CONSIDERANDO o disposto na Constituição da República, artigo 196 e seguintes que dispõe ser a Saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o artigo 197 da Constituição Federal assevera ser de relevância pública as ações e serviços de saúde cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também por pessoa física ou jurídica de direito privado, mas com a devida higidez, o que não foi vislumbrado com até intervenção;

CONSIDERANDO que a intervenção tem trazido resultado objetivos prático e factíveis desde seu início, o que está largamente comprovado por todos documentos trazidos a Prefeitura Municipal de Igarapava-SP.

CONSIDERANDO o artigo 199 da Carta Magna de 1988, onde a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, sendo que suplementar não é principal, prevalecendo o interesse público.

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que o inciso XIII do artigo 15 da Lei nº 8.080/90 constitui um permissivo legal para a decretação da intervenção na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, face ao risco iminente do caos no atendimento à população, o que persistirá enquanto não encerrado o trabalho do interventor;

CONSIDERANDO que a Santa Casa de Misericórdia de Igarapava é o único prestador de serviço hospitalar do município, com serviços essenciais à



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTO
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



manutenção da vida dos cidadãos desde 1916, atendendo ainda, via pactuação regional, doze municípios de duas microrregiões administrativas;

CONSIDERANDO a Resolução nº 2 de 11 de junho de 2019, sobre a recomendação do Conselho Municipal de Saúde de Igarapava – SP ao Chefe do Executivo Municipal para proceder com a intervenção administrativa na Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, mais os pedidos anteriores existente;

CONSIDERANDO que permanece a responsabilidade do Município na organização, direção e gestão das ações e serviços de saúde executados pelo SUS em seu âmbito territorial, como também, o controle e fiscalização dos procedimentos dos serviços públicos e privados de saúde;

CONSIDERANDO que as medidas implementadas no decorrer dos seus primeiros 230 dias foram interrompidas em razão da pandemia do COVID 19, momento em que foram desmarcadas todas as cirurgias eletivas, não só em Igarapava, mas em todo o país, como medida sanitária, havendo inclusive paralisação parcial do corpo administrativo, assim sendo, os trabalhos voltados a auditoria e escrutínio retornarão nesse pós-pandemia;

CONSIDERANDO a inexistência de qualquer mesa diretora responsável pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava até a presente data, bem como, as inúmeras e sucessivas reeleições em exercícios anteriores à intervenção, em total afronta a quaisquer lógicas democráticas e/ou estatutária;

CONSIDERANDO a contratação, em exercícios anteriores à intervenção, de advogado em duplicidade e simulação de contratação de gestor para acompanhamento de gestão por intermédio da empresa Multi Consultoria;

CONSIDERANDO que, em períodos que antecederam a intervenção, houve a ocorrência de fraudes na contratação de cardiologista, a ausência de contraprestação do trabalho e de autocontratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENT0
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



CONSIDERANDO que foi constatado que auditor independente auditava sua própria contabilidade, o que justifica que as irregularidades financeiras e contábeis nunca terem sido tecnicamente apontadas e denunciadas aos membros do Conselho Fiscal, mesa diretora da Irmandade, outros associados não eleitos e órgão fiscalizadores;

CONSIDERANDO que a auditoria técnica contratada pela intervenção, que está escrutinando a documentação contábil dos exercícios de 2018 e 2019, alerta sobre a existência de ilegalidades, sem, momentaneamente, poder afirmar tecnicamente que podem ter ocorridas por erro ou conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais e que, devido à complexidade e aplicações de técnicas de auditorias em todas as contas bancárias, pagamentos realizados, fornecedores, doações de semoventes e contratos estabelecidos entre a entidade e profissionais solicita um novo prazo para apresentação do Relatório dos Auditores Independentes para meados de março de 2021;

CONSIDERANDO que no início do ano de 2020, em auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, foram apontadas irregularidades do departamento financeiro relacionados a empréstimos internos realizados com dinheiro do plano operativo, onde a verba pública era repostada por dinheiro dos planos particulares, após ser utilizada, o que foi neutralizado pelo Interventor;

CONSIDERANDO que ainda ocorre escrutínios de documentos, apesar de relatos que alguns foram subtraídos dos arquivos da instituição, o que torna laborioso a análise de documentos parciais, inclusive sobre empréstimo contraído, ainda em processo de adimplemento pela instituição;

CONSIDERANDO que até a suspensão dos trabalhos de investigação e auditorias de prontuários para concentração de esforços da gestão voltados à pandemia do COVID 19 foram detectadas ao menos 46 novas violações da porta de entrada do Sistema Único de Saúde utilizando-se do poder de direção da Santa Casa da cidade, inclusive quanto ao movimento inverso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



CONSIDERANDO que passada a crise do COVID 19, necessária se faz o retorno das medidas de escrutínio dos mais de 10.000 prontuários da instituição, o que até então estava sendo realizado;

CONSIDERANDO que se faz necessária a manutenção de contratações médicas sem cunho de pessoalidade, o que está sendo paulatinamente implementado por meio de licitações na modalidade tomada de preço por técnica e preço, estimulando uma gestão de pessoal técnica, objetiva e respeitosa com a coisa pública, onde visa findar a renovação do quadro clínico, sendo certo que, alguns certames encontram – se paralisados diante da gestão exclusiva da crise do COVID 19;

CONSIDERANDO que a maior parte das irregularidades/ilegalidades citadas no relatório e documentação apresentada pela equipe de intervenção está diretamente ligada a ações e/ou omissões da Direção da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava;

CONSIDERANDO que tramitam junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Delegacia de Polícia do Estado de São Paulo e o Ministério Público de São Paulo, investigações/fiscalizações que necessitam de manutenção de fluxo de informações, tendo em vista que, a falta da transparência foi um dos motivos da intervenção ante a impossibilidade de acesso e/ou prestação de contas basilares para a boa gestão / relação;

CONSIDERANDO que foram detectadas falhas pelo faturamento, obrigações contratuais e gestão em geral do hospital, o que importava na queda da arrecadação, má gestão do passivo que, com a intervenção, obteve – se acordos onde foram perdoados até $\frac{3}{4}$ da dívida originária com a CPFL, abatimento aos cofres estimado em R\$ 1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil reais);

CONSIDERANDO que, pela equipe de intervenção, foram realizadas adequações na instituição tais como, manutenção dos médicos com pagamentos regulares, prestação de contas com dinheiro público em dia, pagamento dos funcionários celetistas em dia, mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



agilidade nos processos financeiros, mais transparência nos portais e redes sociais, contratação de RH para auxiliar a gestora, bem como, implantação de regimento interno de funcionamento do hospital no decorrer da intervenção municipal, documentação importantíssima para a gestão do corpo clínico, de funcionários e bom tratamento de usuários do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO que, por atuação da equipe de intervenção, foram realizadas a instalação de 10 leitos de UTI Covid, bem como, reforma da rede de oxigênio em toda a infraestrutura do hospital, reforma da cozinha através de empresa de engenharia contratada através de licitação, além da reforma e realocação da ala administrativa com consequente instalação de passarela, doada pela Metalúrgica Rio Grande, isolando a ala de leitos de UTI da passagem de profissionais que não sejam da área da saúde.

CONSIDERANDO que devido à pandemia do COVID 19 a qual exige atenção exclusiva para sua gestão, várias atividades / projetos de extrema relevância, conforme já relatado, foram suspensas, inclusive a possibilidade de celebrar convênio com a UNIUBE para transformar a Santa Casa de Igarapava em hospital-escola, hoje paralisado por ambas as partes em razão da sobredita pandemia, sendo certo que o projeto possibilitará trazer para Igarapava residentes médicos, expandindo interesse, campo e técnica na prestação de serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO que o diagnóstico apresentado pelo interventor esclarece a atual situação operacional, econômico-financeira, da gestão da Santa Casa e aponta para a necessidade da prorrogação do Decreto nº 2.289/2020 c.c. os Decretos nºs 2.206/2020 c.c. 2.157/2019, em especial, pela permanência de algumas das causas determinantes da intervenção, como também a necessidade de conclusão dos trabalhos necessários à regularização das situações que não puderam ser perfeitamente sanadas no primeiro e no segundo semestre da intervenção, haja vista serem situações que, arraigadas no dia a dia do hospital, efetivamente demandam mais tempo para sua solução, e ainda para a necessidade de estabelecer-se período de transição para prestação de contas e auditoria externa independente;

CONSIDERANDO todas as justificativas apresentadas pelo Interventor que demonstram sem sombra de dúvidas a necessidade de prorrogação da Intervenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.iga1@gmail.com



para fins de apuração dos fatos e readequação continua do quadro administrativo de forma que quando a estrutura for devolvida a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia Igarapava essa possa dar continuidade aos trabalhos sem o risco de novas intercorrências que possam ensejar sua paralisação e novo Estado de Emergência e Calamidade Pública;

CONSIDERANDO que os indícios de violação da porta de entrada do SUS por membros do corpo clínico, ensejadores da intervenção, foram constatados em farta documentação, inclusive dando origem as novas investigações acerca de membros do corpo clínico estarem levando pacientes originários do SUS para suas respectivas clínicas particulares, que se deu por novos indícios que merecem a devida apuração;

CONSIDERANDO que o processo de intervenção em comento busca excelência, qualidade e bem-estar para o quadro de colaboradores e consequentemente à população, o que tem produzidos resultados positivos conforme tem comprovado documentalmente;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade à intervenção até concluir auditoria contábil e fiscal em andamento e promover a regularização de todas as situações verificadas quando da intervenção e ainda de sedimentar novas práticas, a fim de que comportamentos nefastos não voltem a ocorrer, principalmente quanto a prestação de serviços SUS;

CONSIDERANDO que foi noticiado em relatório a continua implementação de protocolos de atendimentos dos pacientes do SUS, que anteriormente não existiam, trazendo os procedimentos hospitalares de acordo com as normativas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde Estadual, sendo necessária a continuidade dessas adequações;

CONSIDERANDO a existência de fluxos de informações e investigações junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo e CREMESP, em razão de serem constatados ilícitos na prestação de serviço correlatos ao SUS e na gestão de verba pública repassada por meio de convênio entre o município e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava;

CONSIDERANDO que o contexto de pandemia causada pelo COVID 19 nas esferas nacional, estadual e municipal, havendo transição do estado de quarentena por



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.iga1@gmail.com



fases, o que permite progressão e regressão, conforme Decreto Estadual nº 64.994/2020, sendo então medida sanitária pertinente a prorrogação dos trabalhos até que cesse a pandemia na esfera municipal, sendo certo que, apesar de todo o apresentado em relatórios, houve nos últimos 10 meses paralisação e/ou redução de atividades da intervenção tendo em vista a necessidade de envidar esforços para lidar com a pandemia causada pelo COVID 19;

CONSIDERANDO que é crucial a continuidade e finalização do escrutínio de toda a documentação de prontuários da Instituição e principalmente dos documentos financeiros;

CONSIDERANDO como já citado acima, mas sendo necessário repisar, a necessidade de prorrogação da intervenção até que a situação seja regularizada, visando evitar o risco de solução de continuidade de serviços públicos de saúde no setor hospitalar e interrupções no atendimento hospitalar da população do Município de Igarapava, bem como, na necessidade de continuidade na implementação das mudanças até o momento anunciadas, a consolidação das parcerias que permitiram reestruturar a infraestrutura, além da importância da continuidade de todas as investigações em andamento;

CONSIDERANDO o feito com base no currículo profissional do Sr. Marcelo Ormeneze, além de sua atuação como membro de entidades cujo objeto é voltado em sua primazia ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como, pela atuação como diretor de departamento no poder executivo municipal e por fim na atuação nos últimos 02 semestres como interventor no sobredito nosocômio.

2 – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto tem se que a contratação pode ser realizada sem procedimento licitatório, pois a situação se enquadra nas hipóteses do inc. IV do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, opinamos pela contratação direta do Sr. Marcelo Ormeneze.

Assevero, que a emissão do presente parecer está alicerçado nas informações e dados técnicos juntados ao processo aos quais supõe – se que estão eivados de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
RUA DR. GABRIEL VILELA, Nº 413- CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173-8200 E – MAIL: juridico.igal@gmail.com



veracidade e vínculo entre eles, não competindo a esse parecerista a confirmação dos mesmos atendo – se a embasamentos existentes na legislação vigente, não tendo, por força do poder discricionário do agente público, os atos da Administração se atrelarem ao entendimento do parecerista, culminando na desobrigação por parte da Autoridade Superior a decisão de acatar e cumprir o disposto no presente parecer.

É o parecer, smj.

Igarapava – SP, 08 de janeiro de 2021


BRUNO RENE CRUZ RAFACHINI
OAB/SP 279915



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 - CENTRO - CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 - I.E. ISENT0
PABX (16) 3173 - 8200 E - MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br



RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR, Prefeito Municipal de Igarapava - SP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de ser efetivada a intervenção, por parte do Poder Executivo Municipal, Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, tomando por base acontecimentos que corroboram para essa ação, além das considerações aventadas, bem como o parecer favorável emitido pelo Departamento de Negócios Jurídicos e a existência de recursos financeiros, **RATIFICA** o processo administrativo 001 / 2021 de Dispensa de Licitação nº 001 / 2021 de acordo com o artigo 24, inciso IV da Lei 8.666 / 93, que visa a contratação de pessoa física para atuar como interventor junto ao sobredito nosocômio, figurando como contratado o Sr. Marcelo Ormeneze, inscrito no CPF sob nº 138.756.698 - 94, pelo valor mensal de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) que perfará o montante de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para o período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo este o prazo previsto da contratação, justificando o feito com base no currículo profissional, além de sua atuação como membro de entidades cujo objeto é voltado em sua primazia ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como, pela atuação como diretor de departamento no poder executivo municipal e por fim na atuação nos últimos 03 semestres como interventor no hospital supra citado.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação fiscal.

RATIFICO os atos praticados, **HOMOLOGANDO** o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, o qual deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Estado e do Município.

Publique-se, na forma da lei.

Igarapava - SP, 11 de janeiro de 2021.

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Igarapava

FLS: 1/2

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, A MARCELO ORMENEZZE E PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA OBJETIVANDO A ATUAÇÃO DE INTERVENTOR JUNTO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IGARAPAVA.

CONTRATO Nº 002 / 2021
VALOR R\$ 42.000,00

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 45.324.290 / 0001 - 67, com sede à rua Dr. Gabriel Vilela, nº 413, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e **MARCELO ORMENEZZE**, brasileiro, divorciado, contador, portador do RG nº 23.981.936-6 - SSP/SP e do CPF nº 138.756.698-94, residente e domiciliado na Rua: Cel. Francisco Martins, nº 500, Igarapava/SP, a seguir denominada **CONTRATADA**, ambas com sujeição à legislação vigente, em especial aos Decretos Municipais n.º 2.157 de 23 de julho de 2019, nº 2206 de 16 de janeiro de 2020, nº 2289 de 14 de julho de 2020 e nº 2376 de 11 de janeiro de 2021, bem como, ao artigo 24, inciso IV da Lei 8.666 / 93, celebram o presente contrato oriundo do processo administrativo 001 / 2021 de Dispensa de Licitação nº 001 / 2021 mediante as cláusulas e condições abaixo declinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA, por força do presente instrumento, procederá à prestação de serviços como interventor, tendo seu início a partir de 13 de janeiro de 2021 e término em 180 dias a contar desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA: A referida Prestação de Serviço será realizada diariamente, devendo o interventor estar à inteira disposição e a qualquer horário da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, devendo a CONTRATADA, enquanto interventor, desenvolver o exigido no artigo 2º do Decreto Municipal n.º 2.157 de 23 de julho de 2019, bem como, os demais atos e obrigações concernentes à atividade, dispostos no sobredito instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) mensais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da apresentação de documentação fiscal.

As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

02 – EXECUTIVO
0204 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE
020401 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação funcional – 10.301.0150.2025 0000
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF

CLÁUSULA QUARTA: O presente contrato poderá ser prorrogado, enquanto durar a intervenção, mediante termo de aditamento, precedido de concordância das partes, sendo certo que será rescindido de imediato por culpa da CONTRATADA, na





Prefeitura Municipal de Igarapava

FLS:2/2



PREFEITO MUNICIPAL

hipótese de não atendimento de qualquer das condições nele estabelecido e nas pertinentes à Legislação Municipal.

CLÁUSULA QUINTA: Este contrato poderá ser rescindido, desde que uma das partes (CONTRATADA OU CONTRATANTE), acharem conveniente que seja rescindido, comunicando com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA SEXTA: Em caso de dano causado pela CONTRATADA à Prefeitura Municipal de Igarapava, a reparação será descontada quando do pagamento da referida Prestação de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA: A CONTRATADA obriga-se a respeitar as ordens de serviços emanadas da Administração Municipal, tanto com referência aos termos do Regulamento Interno e Avisos, segundo a praxe adotada na Prefeitura, desde que essas ações não sejam conflitantes com o Estatuto da Santa Casa de Misericórdia e normas vigentes em relação aos protocolos e legislações no âmbito da Saúde.

CLÁUSULA OITAVA: Fica, desde já, eleito o Foro desta Comarca de Igarapava, desistindo a CONTRATADA de outro que porventura tenha, para dirimir quaisquer pendências que do presente advirem.

E, por estarem assim convencionados assinam o presente contrato, em duas (02) vias, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas e assinado.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA,
Aos 11 de janeiro de 2021

JOSE RICARDO RODRIGUES MATTAR
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MARCELO ORMENEZZE
INTERVENTOR
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Carla D. R. M. Moraes CPF/MF 437789248-77
2. Daiane Ribeiro CPF/MF 42429589869



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 – CENTRO – CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 - I.E. ISENT0
PABX (16) 3173 – 8200 E – MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br
TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO REF.: CONTRATO 085/2020



CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Igarapava

CONTRATADO: Marcelo Ormenezze

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 002 / 2021

OBJETO: "prestação de serviços como interventor, na Santa Casa de Misericórdia de Igarapava"

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Igarapava – SP, 11 de janeiro de 2021.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: José Ricardo Rodrigues Mattar

Cargo: Prefeito

CPF: 162.070.128-60 RG: 23.646.285 SSP/SP

Data de Nascimento: 15/08/1974

Endereço residencial completo: Rua Cerqueira César, nº 109 – Centro, CEP 14.540-000, Igarapava – SP.

E-mail institucional: prefeitura@igarapava.sp.gov.br

E-mail pessoal: jradvocacia.iga@hotmail.com

Telefone(s): 16 – 3172 - 1030

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste: Pelo CONTRATANTE:

Nome: José Ricardo Rodrigues Mattar

Cargo: Prefeito

CPF: 162.070.128-60 RG: 23.646.285 SSP/SP

Data de Nascimento: 15/08/1974

Endereço residencial completo: Rua Cerqueira César, nº 109 – Centro, CEP 14.540-000, Igarapava – SP.

E-mail institucional: prefeitura@igarapava.sp.gov.br

E-mail pessoal: jradvocacia.iga@hotmail.com

Telefone(s): 16 – 3172 - 1030

Assinatura: _____



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 - CENTRO - CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 - I.E. ISENT0
PABX (16) 3173 - 8200 E - MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br
TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO REF.: CONTRATO 085/2020



Pela CONTRATADA:

Nome: Marcelo Ormenezze

Cargo: Interventor

CPF: 138.756.698-94, RG n.º 23.981.936-6 - SSP - SP

Data de Nascimento: 26/11/1972

Endereço residencial completo: Rua: Cel. Francisco Martins, nº 500, Igarapava/SP, CEP 14.540 - 000

E-mail institucional: ormenezemar@uol.com.br

E-mail pessoal: ormenezemar@uol.com.br

Telefone(s): 016 - 3172-5409

Assinatura: _____



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IGARAPAVA



Conforme Lei Orgânica Municipal

www.igarapava.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/igarapava

Terça-feira, 12 de janeiro de 2021

Ano III | Edição nº 275

Página 8 de 9

Nomeação de servidor

PORTARIA Nº 34, DE 11 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO de LUÍZ CARLOS VERGARA PEREIRA para o cargo de DIRETOR DEPARTAMENTO DE SAÚDE, de provimento comissionado.

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR, Prefeito Municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA, Estado de SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear LUÍZ CARLOS VERGARA PEREIRA, portador (a) do R.G. nº 10.373.851-4 SSP/SP, C.P.F nº 038.109.908/33, a partir de 11 de janeiro de 2021 para exercício do cargo de DIRETOR DEPARTAMENTO DE SAÚDE, de investidura comissionada.

ARTIGO 2º - Para o exercício, deverá preencher todos os requisitos necessários para investidura, sob pena de se tornar nulo o presente ato, devendo ainda fazer cumprir todas as normas administrativas e operacionais, evidenciando os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme Art. 37 da Constituição Federal.

ARTIGO 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IGARAPAVA - SP, 11 DE JANEIRO DE 2021.

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR

Prefeito

Registrada, publicada e arquivada na forma da lei, data supra.

ELIANA TIYAKO KURIMORI AFONSO

Diretor Departamento Recursos Humanos

Licitações e Contratos

Extrato

EXTRATO DE CONTRATO – Dispensa de Licitação 001/2021 – P.A. 001 / 2021: Objeto: contratação de interventor junto a Santa Casa de Misericórdia de Igarapava - Contrato 002 / 2021 entre a Prefeitura Municipal de Igarapava e Marcelo Ormeneze, CPF 138.756.698 - 94; Valor do Contrato: R\$ 42.000,00; Data da Ratificação: 11/01/2021; Assinatura do Contrato: 11/01/2021; Vigência: 180 dias.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR, Prefeito Municipal de Igarapava - SP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de ser efetivada a intervenção, por parte do Poder Executivo Municipal, Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, tomando por base acontecimentos que corroboram para essa ação, além das considerações aventadas, bem como o parecer favorável emitido pelo Departamento de Negócios Jurídicos e a existência de recursos financeiros, RATIFICA o processo administrativo 001 / 2021 de Dispensa de Licitação nº 001 / 2021 de acordo com o artigo 24, inciso IV da Lei 8.666 / 93, que visa a contratação de pessoa física para atuar como interventor junto ao sobredito nosocômio, figurando como contratado o Sr. Marcelo Ormeneze, inscrito no CPF sob nº 138.756.698 – 94, pelo valor mensal de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) que perfará o montante de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para o período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo este o prazo previsto da contratação, justificando o feito com base no currículo profissional, além de sua atuação como membro de entidades cujo objeto é voltado em sua primazia ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como, pela atuação como diretor de departamento no poder executivo municipal e por fim na atuação nos últimos 03 semestres como interventor no hospital supra citado. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação fiscal. RATIFICO os atos praticados, HOMOLOGANDO o presente processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, o qual